

CZ\$ 300 BILHÕES

**É o máximo
de calote que o
governo admite.**

ANC
P10

Surge uma luz no final do túnel para a questão da anistia da correção monetária aos pequenos e microempresários e pequenos e médios produtores rurais que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado. Lideranças de vários partidos começam a avaliar uma proposta sugerida pelo deputado José Lins (PFL-CE), que inclui a votação de três fusões diferentes: a primeira elimina a correção monetária para os microempresários e pequenos produtores rurais. A segunda beneficia os médios produtores e pequenos empresários com a extinção de 100% da correção monetária; e a terceira, para ser colocada em votação, caso a segunda seja rejeitada pelo plenário, prevê a cobrança de apenas 50% da correção monetária aos médios produtores e pequenos empresários. A proposta parte do princípio de que a primeira fusão tem aprovação garantida.

Com esta proposta, quem quiser beneficiar apenas os pequenos produtores rurais e os microempresários poderá votar

contrariamente às outras duas fusões, permitindo aos constituintes uma maior flexibilidade. O governo, animado com o surgimento de novas sugestões, que contam com o apoio dos autores das emendas — deputados Ziza Valadares e Humberto Souto e o senador Mansueto de Lavor — já admite ampliar o teto de negociação para a quitação desses débitos, de 133 bilhões de cruzados para 300 bilhões de cruzados. A negociação com o ministro da Fazenda para o aumento desse teto foi feita pelos deputados Samir Achoa (PMDB-SP) e Gilson Machado (PFL-PE), na quinta-feira.

A fórmula mágica encontrada pelo deputado José Lins foi inspirada na idéia de Domingos Leonelli (PMDB-BA), que deseja dividir a emenda em duas. Regimentalmente isso só será possível com acordo de lideranças, porque a inovação em qualquer fusão depende da assinatura de todos os partidos. Mas a solução de dividi-la em três tem encontrado maiores adesões porque há a solução de se conceder apenas 50% da

correção monetária para os médios produtores rurais e pequeno empresários.

Os autores das emendas só passaram a procurar novos caminhos, deixando de lado a idéia fixa de votar a fusão original, considerada inaceitável por muitos, quando surgiu o contra-ataque do governo, com uma proposta apoiada pela maior parte das esquerdas, inclusive PT e PCB. Assustados com a rápida adesão dos constituintes à nova tese, embora soubessem que ela tinha suas raízes no Palácio do Planalto, os três autores das emendas decidiram agir, para não serem atropelados pelo governo e saírem desmoralizados.

Na próxima segunda-feira haverá uma reunião de lideranças para que, finalmente, se chegue a um consenso. Caso não haja acordo, cada um sairá para um lado: o governo tentará aprovar sua proposta através das emendas de Denisar Arneiro e Nyder Barbosa, e os autores apresentarão sua emenda original.